

A atuação internacional dos *Policy Banks* chineses: O caso do Continente Africano

Autor: REZENDE, João Pedro de Souza Melo Lemos

Orientador: MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado

Resumo: Este trabalho pretende analisar as dinâmicas econômicas entre a China e o continente africano, principalmente através da atuação dos *Policy Banks* chineses nas últimas décadas. Ele primeiro analisa o funcionamento interno e comportamento de tais instituições financeiras em âmbito internacional para enfim focar-se nas peculiaridades de suas relações com os países africanos. Ainda que grande parte dos projetos com financiamento chinês na África nos últimos anos foram marcados por grandes obras de infraestrutura, suprimindo, em parte o grande déficit do continente neste setor, utilizando documentos internos dessas instituições e revisando a bibliografia na área, o trabalho também analisa as mudanças de comportamento da China em anos recentes, através de seus *Policy Banks*. Dessa maneira, buscando entender a nova tendência de investimento chinês no continente, um voltado para projetos menores e menos arriscados, mas que também são mais conscientes de seus efeitos sociais e ambientais, mas que também são mais conscientes de seus efeitos sociais e ambientais, e verificar se ela ainda se mostra como alternativa ao financiamento tradicional de instituições ocidentais.

Palavras Chave: Relações China-África, *Policy Banks*, Economia Chinesa, Bancos de Desenvolvimento

Abstract: This work aims to analyze the economic dynamics between China and the African continent, primarily through the actions of Chinese Policy Banks over recent decades. It first examines the internal operations and international behavior of such financial institutions, and then focuses on the specific characteristics of their relationships with African countries. Although a large portion of Chinese-financed projects in Africa in recent years have been marked by major infrastructure works, partially addressing the continent's significant deficit in this sector, this study also uses internal documents from these institutions and reviews existing literature to analyze changes in China's behavior in recent years through its Policy Banks. In this way, it seeks to understand the new trend of Chinese investment in the continent: one oriented toward smaller, less risky projects that are also more conscious of

their social and environmental impacts, and to assess whether this approach still presents itself as an alternative to traditional financing from Western institutions.

Key Words: China-Africa Relations, *Policy Banks*, Chinese Economy, Development Banks

1. Introdução

Vários estudos mostram que entre 2016 e 2030 o mundo demandará no total entre 3,3 e 6,3 trilhões de dólares por ano em investimentos em infraestrutura, esses valores consideram setores chave para a economia, como geração de energia, transporte de bens e pessoas, telecomunicações e acesso a água e saneamento básico (ZEN, 2022). Caso os limites máximos do acordo de Paris forem ultrapassados, e a temperatura média do planeta aumentar em mais de 2°C, os valores totais podem ser ampliados exponencialmente para compensar a deterioração da qualidade de vida devido às mudanças climáticas e reparar potenciais danos causados por desastres ambientais decorrentes destas (ZEN, 2022).

Ademais, grande parte destes estudos focam-se somente em regiões com baixo ou quase nenhum desenvolvimento de infraestrutura para calcular o valor total dos investimentos, não considerando países com relativo desenvolvimento nestes setores de infraestrutura, que também demandam não somente a sua manutenção como ampliação e constante aprimoramento. Essa consideração eleva ainda mais o valor necessário para o investimento total em infraestrutura ao redor do globo (ZEN, 2022).

No entanto, o efeito econômico de tais investimentos sobre o PIB faz com que, no médio prazo, o “estoque de infraestrutura” em países desenvolvidos faz com que a demanda marginal para sua ampliação necessite de cada vez menos recursos, em proporção ao PIB. Desta forma, pode-se afirmar que quanto mais se investir em construção de infraestrutura ao redor do mundo, menos será preciso fazê-lo para ampliá-la no futuro, em proporção ao PIB global (ZEN, 2022).

Em 2015, o mundo investiu cerca de 9 trilhões de dólares, 14% do PIB global, em infraestrutura. No entanto, aproximadamente metade desse valor foi utilizado para projetos imobiliários, e somente 2,5 trilhões de dólares, cerca de um quarto de todo o investimento global em infraestrutura, foi utilizado nos setores chaves de desenvolvimento citados acima (geração de energia, transporte de bens e pessoas, telecomunicações e acesso a água e saneamento básico) (WOETZEL, 2017).

Somente a China foi responsável por 38% do total investido em infraestrutura,

superando outros 38% do valor total foram investidos pelos países da América do Norte e Europa Ocidental em conjunto, demonstrando o enorme impacto chinês neste setor em nível global. A China é um dos poucos países que, se continuarem a investir a mesma proporção do PIB em infraestrutura que o fazem atualmente, chegarão em 2035 com um considerável “superávit” no setor, enquanto países como o Brasil, Índia, México e Indonésia acumulam “déficits” em infraestrutura, continuamente investindo menos que o necessário para suprir sua própria demanda. Interessantemente, mesmo os Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, após a crise de 2008, vêm também investindo menos que o necessário para suprirem suas respectivas mudanças em infraestrutura, o que torna a China não só um dos principais motores deste setor no mundo, mas também um dos únicos (WOETZEL, 2017).

Dado o baixo investimento nacional em infraestrutura pela maior parte dos países do mundo, portanto, muitos dos que mais necessitam de investimento no setor recorrem aos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, como o Banco Mundial, para suprir tal demanda. No entanto, logo após os primeiros anos pós-crise, o investimento em infraestrutura por parte destas instituições começou a ser reduzido consideravelmente. O próprio Banco Mundial, ainda em 2013, destinou somente cerca de um terço de seus recursos para este fim (BAUMANN, 2017).

Além disso, grande parte dos recursos de bancos multilaterais de desenvolvimento é direcionada aos países já desenvolvidos, recebendo cerca de 600 bilhões de dólares por ano, enquanto os países emergentes recebem cerca de 300 bilhões e os mais pobres recebem apenas 100 bilhões. Uma distribuição completamente desproporcional ao se considerar o déficit em infraestrutura dos dois últimos grupos e a distribuição populacional ao redor do mundo, que tem a sua menor parte nos países ricos. Para os países do centro do sistema, esses compromissos financeiros representam cerca de 4% de seus respectivos PIBs, no entanto, para os países mais pobres, essa fração pode chegar aos 10%. Portanto, a renda das entidades multilaterais não só fica concentrada nos países mais ricos, como é menos custosa para eles em termos relativos (BAUMANN, 2017).

Para suprir o déficit em infraestrutura das economias emergentes, 63% do investimento no setor deverá ser realizado nestes países, com China e Índia, países que se industrializam e se urbanizam em ritmo acelerado, como Índia e China deverão concentrar 40% do valor total gasto neste período (ZEN, 2022). No entanto, como já afirmado, bancos multilaterais tradicionais e, nominalmente o Banco Mundial, apesar de relevantes para investimentos no setor em países emergentes são insuficientes perante tal demanda. (BAUMANN, 2017).

Diante deste cenário, a presente pesquisa pretende avaliar se os investimentos chineses no exterior se mostram como uma alternativa viável ao déficit de investimento, como a própria China vem anunciado seus investimentos, uma alternativa aos “países esquecidos” pelas instituições ocidentais de investimento (BAUMANN, 2017). Enquanto organismos multilaterais como o BM têm seguido uma tendência de afastamento progressivo de grandes projetos de infraestrutura, os *policy banks* chineses, bancos públicos de investimento, buscam esse tipo de projeto, de certa maneira, exportando o modelo de desenvolvimento chinês. Este trabalho parte do pressuposto que o modelo de desenvolvimento chinês é, em grande parte, movido por sob controle direto ou indireto do Estado, financiando grandes obras de infraestrutura, que fornecem uma sólida base para a estrutura produtiva do país, enquanto impulsionam a demanda interna.

A pesquisa buscará analisar os investimentos dos *policy banks* chineses ao redor do mundo, especialmente o *China Development Bank* (CDB) e *Export-Import Bank of China* (*Eximbank*) e seu impacto nos países em desenvolvimento no século XXI, levando em conta que, não somente estes bancos têm que se relacionar, ou até mesmo competir com as instituições tradicionais de investimento já citadas, e como isso impacta os projetos financiados pela China, seja com o desenvolvimento econômico ou possíveis problemas oriundos do tipo específico de financiamento realizado pelos chineses, bem como da aplicação de um modelo estrangeiro de desenvolvimento nos países receptores de recursos.

Este projeto justifica-se pela mudança em curso no cenário econômico internacional, com a China e seus bancos de desenvolvimento assumindo o posto de alguns dos maiores atores do desenvolvimento econômico do Sul Global nos próximos anos. Isso tende a aumentar sua influência geopolítica sobre os países em desenvolvimento, em detrimento da posição dos EUA e Europa a estes países. O comportamento da China em relação ao financiamento de grandes projetos das potências ocidentais e dos países emergentes (receptores de recursos de ambos), pode alterar em muito a balança de poder global e, em um cenário otimista, causar reformas consideráveis no sistema econômico internacional, em favor de países emergentes e em desenvolvimento.

A metodologia adotada para a pesquisa “A atuação internacional dos *Policy Banks* chineses: Uma alternativa ao financiamento ocidental” será o método hipotético-dedutivo. Este método parte de uma hipótese inicial e, por meio da análise sistemática e rigorosa de dados e informações, busca confirmá-la ou refutá-la. Assim, o objetivo é testar a hipótese de que os *policy banks* chineses tem se tornado uma importante alternativa ao financiamento internacional promovido pelos órgãos multilaterais dominados pelas potências ocidentais.

Portanto, será realizada uma revisão bibliográfica sobre o comportamento dos bancos, moldados pelas especificidades do Sistema Financeiro Chinês, incluindo a sua operacionalidade e a relação com os países nos quais eles investem, analisando os impactos positivos e negativos de tais projetos. Informações específicas sobre o comportamento de cada banco de investimento serão retiradas de relatórios financeiros anuais emitidos regularmente pelas próprias instituições, complementando as informações obtidas pela revisão bibliográfica. Por fim, a análise dos dados coletados será feita à luz da hipótese inicial, verificando se as evidências empíricas confirmam ou refutam a hipótese.

2. O Modelo de Desenvolvimento Chinês e seu Sistema Financeiro

A partir de 1977, com a reabilitação de Deng Xiaoping como membro funcional do Partido Comunista Chinês (PCCh), abriu-se o caminho para reformas econômicas na China. Liderado por Deng, o vasto projeto de reformas foi aprovado e já introduzido no final de 1978, marcando o fim do período Maoísta na China. O objetivo geral das reformas era a realização das “quatro modernizações”, estas sendo: Indústria, Agricultura, Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia. A Comissão de Economia e Finanças, responsável por definir as linhas gerais das reformas, optou por um programa gradual e de longa duração. Foram realizados experimentos locais em todo país para avaliar sua viabilidade em escala nacional, sendo as mais famosas as Zonas Econômicas Especiais, centros experimentais para o projeto de uma economia voltada para a exportação, além de absorverem os investimentos estrangeiros no país. No entanto, tais centros continuaram sob a forte regulação do PCCh, sendo utilizadas como instrumento estratégico para absorção de capital e tecnologia estrangeiro, que seriam de suma importância para a modernização chinesa (POMAR, 2003).

É preciso dizer, no entanto, que muitos argumentam que houve uma revolução passiva de restauração do capitalismo em direção ao paradigma histórico neste momento, o neoliberalismo. A erosão do socialismo na China é inquestionável para muitos autores, isso fica mais claro quando analisamos que em 1992 o partido comunista chinês em seu congresso anual cunhou a noção de economia socialista de mercado, validando as reformas até então reforçando a adoção de novas no futuro (TAYLOR & ZAJONTZ, 2020).

Este processo de reformas que levou ao crescimento e desenvolvimento da economia chinesa foi analisado sob diversos prismas, entre eles, dois serão tratados neste projeto: o primeiro é o da professora Yangyao Wang, que analisa as reformas como a apropriação de instrumentos econômicos como propriedade privada e mista, bem como abertura de capital, como meios de reforçar a dominação do Estado sobre setores estratégicos, ao mesmo tempo

em que absorve capital e tecnologia estrangeira, bem como busca tornar as operações destas empresas, incluindo bancos, mais eficientes, tomando a estratégica de valorização ao acionista (tipicamente neoliberal) que, em grande parte das grandes empresas chinesas, é o próprio Estado.

Wang (2015) usa o conceito de “Estado acionista chinês” para explicar as reformas internas na China e o impressionante desenvolvimento de sua economia a partir da abertura econômica. Esse novo modelo de Estado guiou a privatização de grande parte do setor público do país. Para melhor atuação da administração estatal, centenas de agências gerenciadoras de ativos foram criadas. Essas empresas têm, não somente a função de valorizar continuamente seus ativos, mas também garantir que as orientações estratégicas definidas pelo PCCh sejam seguidas pelas empresas das quais são sócias majoritárias (WANG, 2015).

Apesar da crescente financeirização da economia chinesa seguir, em teoria, uma tendência global a partir da década de 1990, o caso chinês traz algumas particularidades, a principal delas sendo a onipresença do Estado nesse processo. Enquanto na grande maioria dos casos esse fenômeno é associado com a desregulamentação do fluxo de capitais por parte dos Estados e um impacto na economia produtiva, esse quadro não se encaixa na economia chinesa. O Estado chinês detém uma quantidade enorme de ativos financeiros das maiores empresas do país, bem como também é um agente importante no investimento e inovação tecnológica, e o fazem a partir de uma estrutura financeira própria. O autor afirma que a transição de economia planejada para financeirização na China foi um caso específico de escolha política voluntária, feita quando o Estado enfrentava problemas fiscais (WANG, 2015).

A privatização, ou reforma das estatais, foi um dos maiores projetos econômicos da China nas últimas décadas, mas esse mesmo processo passou por mudanças cruciais em seus objetivos e métodos. Enquanto na década de 1980 o foco era na melhoria da gerência de tais empresas, na década seguinte passou a ser o “efeito disciplinário dos acionistas”. Segundo o autor, uma mudança análoga ao que ocorreu no ocidente entre 1960 e 1990. A mudança no comportamento das empresas não foi somente uma reação ao mercado e as novas regulações, mas também refletiu as mudanças nas próprias noções de administração pública dentro da China. No período inicial das reformas, a solução dada foi o aumento na autonomia das gerências das empresas, no entanto, após esse momento, a queda em suas performances financeiras frustrou os planejadores centrais do governo. Somente na década de 1990 as reformas, de fato, reformularam a estrutura de propriedade sobre as empresas (WANG, 2015).

Foi somente com a “Escola de Reforma Integrada”, um grupo autônomo de economistas, que o foco das reformas mudou. Na prática era um *Think Tank* com membros do sistema financeiro estatal, principalmente do *People's Bank of China* (PBOC) e do Ministério de Finanças (MOF). Com alta influência ocidental em seu meio, e com muitas conexões políticas devido aos seus cargos na administração do país, incluindo o primeiro ministro à época, Zhu Rongji, seu principal objetivo era fortalecer a posse direta do Estado sobre tais empresas a partir do modelo de controle acionário (WANG, 2015).

As “reformas acionistas” se configuraram na abertura de capital de grande parte das estatais chinesas, no entanto, estas ações, ou ao menos grande parte delas, seria adquirida pelo Estado chinês, seja por controle direto estatal, ou indireto, via empresas controladoras de ativos, criadas especificamente para a função de buscar o valoramento máximo dos ativos financeiros do governo, neste caso, as ações das antigas empresas estatais (WANG, 2015).

Portanto, estas reformas assegurariam que os direitos dos acionistas, no contexto específico do financeiro chinês, os direitos do Estado, acerca das operações das empresas, seriam mais respeitados e preservados. Foi encorajado aos acionistas “disciplinar” a gerência das empresas, nesse caso, adotando o modelo ocidental de governança corporativa, garantindo que os interesses dos acionistas (Estado) seriam respeitados. Wang chega a argumentar que, de certa maneira, as reformas acionistas apresentaram um novo modelo de socialização do capital e proteção dos direitos dos investidores públicos e privados.

O segundo prisma de análise usado no trabalho será o da professora Isabela Nogueira, que analisa as reformas como tensões internas de classe na China, com a burguesia emergente no final da década de 1970 e início de 1980 pressionando pela abertura da economia e adoção progressiva de instrumentos macroeconômicos tipicamente liberais em detrimento do controle estatal da economia, que tende a um modelo “desenvolvimentista com características chinesas”. Por outro lado, o Estado chinês, representado pelo PCCh disputa o poder econômico e político, impulsionando o setor privado, desde que este siga suas estratégias de médio e longo prazo para o desenvolvimento do país.

A privatização de empresas estatais e coletivas no início da década de 1990, foi o primeiro movimento de concentração de capital em mãos privadas desde 1949, e foram marcadas pelo slogan “segurar as grandes, deixar as pequenas irem”, dessa forma surgem os primeiros “novos capitalistas”. Este processo de privatizações foi feito de maneira muito favorável aos novos capitalistas que adquiriram as antigas empresas estatais. A autora afirma que, em alguns casos, eles se assemelhavam mais com transferências do que vendas. Os novos capitalistas, em grande parte, já tinham conexão com as empresas adquiridas, como

ex-gerentes de fábricas ou lideranças políticas locais, que adquiriram tais ativos a preços irrisórios. Muitas empresas até tiveram suas dívidas perdoadas após a privatização, e em alguns casos, foi fornecido crédito subsidiado para alguns compradores sem capital prévio, esse processo, marcado por várias irregularidades e baixa transparência, é chamado pela autora de “privatização para os de dentro” (NOGUEIRA, 2018).

No entanto, a autora considera que o Estado manteve empresas estratégicas na economia chinesa, o que o garante um maior controle no processo de acumulação. As privatizações, ao contrário do que afirma pensamento comum sobre o tema, fortaleceram o poder político do Estado, pois a consolidação das empresas estratégicas permitiu uma maior ação anticíclica, além de um maior controle sobre as fontes de recursos naturais fora do país. Investimentos nos setores de energia, petroquímica, siderurgia, telecomunicações e bancário “puxam” a economia chinesa, além de serem os principais arrecadadores de recursos externos (NOGUEIRA, 2018).

Uma das características mais marcantes da economia chinesa, em relação ao restante dos países do mundo é a sua relativa autonomia em relação à financeirização sob hegemonia do dólar. A onda neoliberal dos anos 1980 e 1990 não penetrou na China com a mesma intensidade que o fez no restante do mundo, ele foi “impedido” pelo sistema financeiro, que é essencialmente estatal, e pelo forte controle de capitais, que impõe limites ao fluxo e à especulação de curto prazo (NOGUEIRA, 2018).

Por outro lado, ainda em 1989, a burguesia que emergiu após a reformas de Deng na década anterior, começou a pressionar o PCCh por novas oportunidades de acumulação, demandando privatizações e mais reformas descentralizadoras no sistema econômico. Portanto, ao mesmo tempo em que as privatizações permitiram a diversificação dos tipos de propriedade e o estabelecimento de uma concorrência intercapitalista controlada, elas também atenderam às pressões acumuladas desde os anos 80, demandando uma maior concentração de capital nas mãos da elite emergente (NOGUEIRA, 2018).

Também houveram pressões para a abertura de capital das grandes corporações estatais, atualmente, a maioria de fato tem capital aberto. Essa mesma burguesia é a que hoje demanda mais reformas econômicas, com o objetivo de liberalizar o fluxo de capitais no país. A penetração dos capitalistas nos circuitos financeiros chineses se dá principalmente por duas vias: a) participação acionária nas corporações estatais via compra direta de ações, participação em *holdings*, e fundos de investimento; b) o tripé infraestrutura, especulação imobiliária e novas plataformas financeiras. Esses mecanismos servem para dar vazão às pressões dos capitalistas domésticos por novas formas de acumulação (NOGUEIRA, 2018).

O resultado é a ampliação do acesso a instrumentos financeiros e de governança corporativa por parte das empresas, permitindo também maior pressão sobre os corpos diretores por melhores resultados, isso sem reduzir o controle estatal sobre a empresa. Ou seja, permitir que as empresas se tornem competitivas internacionalmente, com maior acesso à capital, sem que elas fujam da orientação estratégica do Estado (NOGUEIRA, 2018).

Esse processo de financeirização, no entanto, pode ser considerado o principal ponto de tensão entre o Estado, buscando utilizar o sistema financeiro para seu projeto de desenvolvimento nacional e projeção internacional, e os “capitalistas vermelhos” pressionando pela liberalização financeira sob a hegemonia do dólar como forma de ganhos imediatos. A tensão causada por este processo na esfera financeira causa grandes disputas políticas internas, que só foram agravadas pela campanha anticorrupção de Xi Jinping em 2012, prendendo opositores políticos incluindo os que possuíam fortunas no mercado financeiro. Isso só demonstra como as conexões entre o setor financeiro chinês e o sistema financeiro internacional impactam nas tensões políticas internas da China (NOGUEIRA, 2018).

2.1. Policy Banks

Foi somente na década de 1990 que as reformas atingiram o sistema financeiro chinês, até então composto por 4 grandes bancos comerciais que também cumpriam a função de banco de desenvolvimento sob o controle do “Plano de Crédito” que, entre 1978 e 1998 estabeleceu objetivos para o sistema bancário chinês, definindo empréstimos subsidiados para determinados setores, o que sem dúvidas os auxiliou durante a abertura comercial na década anterior. Em 1994, os *Policy Banks* foram criados, dando espaço para os 4 grandes bancos comerciais aderirem a critérios de mercado em suas operações, deixando o papel do investimento ao desenvolvimento para os bancos recém criados (CARVALHO, 2013).

Os *Policy Banks*, são, portanto, bancos de desenvolvimento em setores específicos que fornecem empréstimos de longo prazo e focados no desenvolvimento econômico, alinhados aos objetivos político-econômicos do Estado chinês. 3 deles foram criados: i) o *China Development Bank* (CDB), focado em operações de longo prazo associados especialmente aos projetos de infraestrutura; ii) *Export and Import Bank of China* (Eximbank), com a finalidade de promover a atividade de exportação e a importação de máquinas e equipamentos e serviços em setores estratégicos; iii) *Agricultural Development Bank of China*, destacado para apoiar projetos de investimento nas zonas rurais (CARVALHO, 2013).

2.1.1. O *China Development Bank* (CDB)

O CDB se define como:

Uma entidade legal independente supervisionada diretamente pelo Conselho de Estado, é dedicada a apoiar o desenvolvimento econômico da China em indústrias-chave e setores subdesenvolvidos. Com a missão de apoiar o desenvolvimento nacional e proporcionar uma vida melhor para a população, o CDB alinha seu foco de negócios com as principais estratégias de desenvolvimento econômico de médio e longo prazo da China (CDB, 2024a).

Com aproximadamente 2,55 trilhões de dólares em ativos, segundo seu último relatório, referente ao ano de 2023. Mesmo suas atividades de *Policy Bank*, orientado pelo PCCh ainda, consegue manter uma baixa taxa de inadimplência, cerca de 0,58% de seus empréstimos domésticos e externos. O principal meio de financiamento do CDB é a emissão de títulos de longo prazo, em até 50 anos. No ano de 2023, ele emitiu cerca de 86 bilhões de dólares, a enorme parte em moeda local, o Renminbi, com rendimento entre 1,9% e 5,9%, a depender da sua maturidade, atualmente o CDB é o segundo maior emissor de títulos da China, atrás somente do Governo Central. Isso faz com que o CDB não seja diretamente dependente de depósitos de curto prazo, como os outros bancos comerciais na China. E o mercado financeiro chinês do CDB é o maior emissor de títulos em moeda estrangeira (CDB, 2024b).

Como os títulos do CDB detém o status de soberano, ou seja, possuem garantia direta do Banco Central da China, na prática possuem o mesmo risco de um título emitido diretamente do governo e, por isso de um bom *rating* interno e até mesmo internacional, com demanda garantida em bolsas estrangeiras, como as do Japão e nos Estados Unidos (WANG, 2016). Ainda que os títulos emitidos em mercados estrangeiros equivalham somente a 0,65% do total emitido, essa fração corresponde a cerca de 11 bilhões de dólares (CDB, 2024). Vale notar que o CDB foi um dos atores econômicos que mais contribuíram para a Internacional, internacionalização do Renminbi, a partir da bolsa de Hong Kong (WANG, 2016)

Em 1998, o CDB passou por reformas liberalizantes, Chen Yuan, antigo presidente do banco Banco Central, foi colocado como novo diretor do CDB. Desde sua criação, em 1994, o banco havia ficado sob o rígido controle do Estado Chinês, controlando diretamente a emissão de novos títulos (ainda não considerados soberanos à época) e os projetos a serem financiados (SANDERSON & FORSYTHE, 2013).

Com as reformas, o banco caminhou para uma maior autonomia perante o orçamento fiscal do governo central chinês, e sua “bênção” para emissão de novos títulos, buscando

financiamento privado, emitindo títulos de acordo com a demanda de mercado, através de grandes leilões, além de maior poder de escolha nos projetos a serem financiados, garantindo uma maior lucratividade ao banco. No entanto, o financiamento via títulos próprios era muito custoso e as taxas pagas aos credores estavam colocando o banco em uma situação financeira delicada, o que piorou ainda mais com a crise financeira internacional de 2008. A solução foi não necessariamente a retomada do controle direto pelo Estado, mas sim as garantias para o banco, no caso, a garantia de emissão de títulos soberanos, dessa maneira dessa maneira, o CDB consegue emitir títulos de médio e longo prazo com juros que não refletem necessariamente o risco das operações do banco muitas vezes consideradas arriscadas ou pouco lucrativas devido ao seu papel de *Policy Bank* (SANDERSON & FORSYTHE, 2013).

No entanto, vale dizer que a demanda por títulos do CDB não corresponde puramente as leis de oferta e demanda do mercado, mas é artificialmente inflada pelos antigos 4 grandes bancos comerciais que, ainda que não sigam mais nenhuma orientação direta para financiamento ou crédito, tem a opção como “compradores preferenciais” dos títulos emitidos por ele (CHEN, 2020).

Muitos argumentam que o CDB se inspirou principalmente em dois bancos de desenvolvimento estatais ao redor do mundo, primeiramente o *Development Bank of Japan* e o *Credit Institute for Reconstruction* da Alemanha. O banco de desenvolvimento da Alemanha é o maior banco de desenvolvimento da Europa, e é financiado majoritariamente por títulos de médio e longo prazo emitidos no mercado. Já o banco de desenvolvimento do Japão é financiado pela poupança doméstica que é depositado em fundos de pensão que têm seus recursos utilizados pelo banco. Pode-se considerar que o CDB é um híbrido dos dois bancos pois adquire a maior parte da sua financiamento com a emissão de títulos no mercado mas, na prática, esses títulos são financiados pela poupança doméstica, depositada em sua grande parte nos 4 grandes bancos comerciais, o principal comprador de títulos do CDB (CHEN, 2020).

Ao preencher a lacuna entre demanda e oferta de investimento para infraestrutura, os bancos de desenvolvimento, nominalmente CDB, podem ter um causar um efeito de *Crowd In*, ou seja, ao garantir que grande parte do financiamento para projetos neste setor seja ofertada custos baixos, a percepção de risco no mercado é reduzida, não só por um grande ator econômico dar o “primeiro passo”, mas também facilitando o pagamento da dívida final ao estipular longos prazos para a quitação da dívida aumentando a probabilidade de pagamento da dívida e, como citado anteriormente o CDB mantém uma taxa muito baixa de inadimplência em seus investimentos (WANG, 2016).

O CDB continua sendo o principal investidor no setor de infraestrutura na China, no entanto, provando que conseguiu, de fato, ao longo dos anos, gerar um efeito *Crowd In*, já que 40% dos projetos nos quais o CDB investiu também receberam recursos de outros investidores privados, em sua grande maioria investidores chineses, mas também com alguns casos de investidores estrangeiros atuando junto com o *Policy Bank* (WANG, 2016).

Um dos principais modelos de investimento utilizados pelo CDB ficou conhecido como Modelo Wuhu, baseado na cidade de mesmo nome, no qual ele foi primeiramente testado a partir de 1998, juntamente com as reformas liberalizantes no banco. O CDB começou a realizar grandes investimentos de infraestrutura em províncias chinesas no interior que não dispunham de tanto seu recursos quanto o governo central, a solução foi a criação dos “Veículos Especiais para Financiamento”. Estes foram grandes modelos de colateralização de dívidas a partir de receitas remessas a apreciações de ativos públicos, em sua grande maioria terras, até mesmo antigas fazendas agricultáveis que foram transformadas em residências ou abarcam grandes projetos de infraestrutura (WANG, 2016).

O grande êxodo rural das décadas anteriores garantiu a demanda por novas residências nas cidades chinesas bem como infraestrutura renovada e ampliada para atender a crescente população urbanizada, dessa maneira, valorizando ainda mais os ativos cedidos ao CDB. Dessa forma, os investimentos em infraestrutura do banco eram em última instância convertidos na valorização de seus novos ativos, cedidos pelos governos locais (WANG, 2016).

Após a crise de 2008 o modelo se tornou muito popular dentro do sistema financeiro chinês e essa modalidade de investimentos chegou a corresponder a cerca de 12% do PIB chinês no mesmo ano. Outros grandes bancos comerciais como os ICBC, o China Construction Bank e o Bank of China também passaram a implementar o Modelo Wuhu em seus investimentos, o que também pode ser visto como mais uma prova do efeito *Crowd In* realizado pelo CDB (WANG, 2016).

Muitos analistas argumentam que esse modelo no âmbito doméstico ajudou o CDB a estar mais disposto a realizar empréstimos com garantias de outros recursos naturais como petróleo e outros minerais com países africanos que também não dispunham de muitos recursos para pagamento de seus empréstimos, ainda que tenha sido o Eximbank o primeiro Policy Bank a operar segundo este modelo no exterior (WANG, 2016).

Finalmente, vale mencionar, ainda que em tenha um tamanho relativamente pequeno, o China Africa's Development Fund (CAD), criado em 2007 pelo CDB para ser mais um instrumento de financiamento da cooperação China África. O fundo havia sido anunciado em

2006, no Fórum de Cooperação África China (FOCAC) e foi inaugurado em junho de 2007, pelo então presidente chinês, Hu Jintao. 8 anos depois, durante o fórum da FOCAC, em 2015, o presidente Xi Jinping anunciou que ia dobrar os recursos do fundo, de 5, para 10 bilhões de dólares. Em 2018 o fundo atingiu a marca de 10 bilhões de dólares e até esta mesma data já investiu 4.6 bilhões de dólares no continente africano. Apesar da quantia, quando comparada aos investimentos totais do CDB, EximBank e Banco Mundial, se demonstra pequena, ela aponta uma tendência promissora de novos tipos de instrumentos de financiamento chinês na África. E tal qual outros instrumentos de financiamento chinês, como seu criador CDB, o fundo não opera nem somente por critérios comerciais de mercado nem diretamente de orientação do Estado (LI, 2020).

Enquanto o CDB age como apenas um financiador de projetos o fundo pode até mesmo adquirir projetos ou adquirir a maior parte de suas ações se tornando na prática dono de tal projetos, no entanto, ele sempre se limita em deter entre 10 e 50% das do capital/ações de tais projetos. Além disso, o CAD se compromete a abrir mão de tais ativos entre 5 e 8 anos após a aquisição, através de acordos de transferência e venda para outros acionistas do projeto. Dessa maneira projeto na África pode encontrar com recursos chineses sem terem que aumentar sua dívida com o país asiático (LI, 2020).

Os três maiores projetos com os quais o fundo financiou envolveram investimentos acima de 150 milhões de dólares cada, no setor de mineração na África do Sul e na República Democrática do Congo. Apesar disso, a maior parte dos projetos nos quais o fundo já investiu são do setor de manufatura 40%) seguido por projetos de infraestrutura e agricultura com 21% e 10% dos recursos investidos, respectivamente. Vale notar que a grande maioria dos projetos nos quais o CAD está envolvido são do setor privado (LI, 2020).

Apesar do fundo ter o CDB com o seu único acionista, ele está sujeito à supervisão de um comitê composto por líderes do ministério de comércio, ministério de relações exteriores a comissão de reforma e desenvolvimento nacional, ministério de finanças o banco central agência regulatória de bancos na China. Como o presidente do fundo e toda sua gerência seriam diretamente responsáveis pelo sucesso de projetos e investimento pelo sucesso do próprio fundo, eles tendem a investir cautelosamente, evitando projetos de alto risco e buscando estabilidade financeira no longo prazo (LI, 2020).

2.1.1. O *China Export-Import Bank* (Eximbank)

O Eximbank é responsável pela exportação de crédito oficial do país e a única agência com permissão para empréstimos concessionais para o exterior, seja para o governo soberano

ou para empresas estatais chinesas ou de outros países, fora do território chinês. O banco é diretamente subordinado ao Conselho de Estado Chinês, ou seja, ao governo central, e é dedicado ao apoio do comércio, investimento e cooperação econômica da China com o restante do planeta (CHINA EXIMBANK, 2024a). Segundo suas próprias diretrizes:

Seu apoio financeiro destina-se ao comércio exterior, investimento transfronteiriço, à Iniciativa do Cinturão e Rota, à cooperação internacional em capacidade industrial e fabricação de equipamentos, à ciência e tecnologia, à indústria cultural, aos esforços de internacionalização de pequenas e médias empresas e à construção de uma economia aberta (CHINA EXIMBANK, 2024a).

Com relação à “Ajuda Econômica” ou “Assistência ao Desenvolvimento” realizada pelo Eximbank, como a China não faz parte da OCDE ela também não segue as suas definições para estes termos, seguindo suas próprias definições guiadas por outros princípios introduzidas ainda pelo primeiro ministro chinês Zhou Enlai, em 1964 (ISLAM & XIAOYUN, 2014). Estas são baseadas em 8 princípios divididos em 3 grupos:

- a) O Aspecto do Desenvolvimento: i) Equidade e benefício mútuo ao providenciar ajuda a outros países, sem nunca entender a ajuda como um presente unilateral; ii) Ajudar países recipientes em seu desenvolvimento econômico autônomo e independente; iii) A assistência técnica ajudará a população do país recipiente a operar completa e independente a tecnologia financiada
- b) O Aspecto Comercial: iv) A ajuda econômica deve ocorrer através de empréstimos sem juros ou com baixas taxas de juros; v) Auxiliar países recipientes a aumentar sua renda nacional e acumular riquezas; vi) Providenciar os melhores equipamentos e materiais fabricados pela China necessários para os projetos à preços internacionais de mercado; vii) Os especialistas da China enviados para auxiliar nos projetos deverão ter o mesmo padrão de vida que os especialistas do país recipiente que estão envolvidos no processo
- c) O Aspecto Diplomático: viii) Respeitar a soberania do país recipiente sem anexar nenhuma condição à ajuda econômica

Já o Eximbank tem suas tem os seus próprios objetivos de políticas econômicas definidos, objetivos estes que não necessariamente abarcam todos os princípios definidos, focando-se somente no Aspecto Comercial citado acima: i) Promover Cooperação Econômica e Comércio Internacionais; ii) Facilitar a Exportação e Importação de materiais mecânicos e

eletrônicos chineses, conjuntos completos de equipamentos e produtos novos e de alta tecnologia; *iii*) Apoiar empresas chinesas com vantagens comparativas em seus projetos contratados no exterior e investimentos externos. Dessa maneira, os aspectos diplomáticos e de desenvolvimento da ajuda econômica oficial da China ficam a cargo diretamente do governo central chinês e suas relações externas (ISLAM & XIAOYUN, 2014)

Em 2023, o banco emitiu o equivalente a 208 bilhões de dólares em títulos denominados em Renminbi para seu financiamento, destes, cerca de 13 bilhões foram em títulos emitidos especificamente para o apoio de projetos da *Belt and Road Initiative*. Nos 10 (2013-2023) anos de existência da iniciativa internacional, o Eximbank investiu o equivalente a 340 bilhões de dólares, com um crescimento anual de 9,25% entre 2022 e 2023. O próprio banco calcula que através de seus empréstimos para exportação e importação bem como financiamento de projetos de infraestrutura ao redor do mundo ele impulsionou o comércio entre os países dos BRICS em cerca de 2 trilhões de dólares. Além disso, com seu financiamento, foram construídos mais de 4.000 quilômetros de ferrovias, 23.000 quilômetros de estradas, dezenas de portos e aeroportos, além de mais de 100 projetos dedicados a transição verde e produção de energia sustentável (CHINA EXIMBANK, 2024b).

Os empréstimos concessionais do Eximbank são realizados exclusivamente em renminbi e com uma taxa de juros abaixo da taxa de de juros abaixo dos níveis de mercado e do definido pelo Banco Central da China, no entanto, o Ministério de Finanças subsidia tais empréstimos ao cobrir a diferença de rendimentos entre o empréstimo concessional do Eximbank e o piso definido pelo Banco Central, mantendo a lucratividade do banco (CHEN, 2020).

Vale dizer que os empréstimos concessionais representam uma pequena parte dos investimentos totais do banco atualmente, sendo a grande parte de seu financiamento, realizada de acordo com parâmetros de mercado, isso se deve, em grande parte às reformas que o banco implementou a partir de 2006, e buscou aumentar a quantidade de empréstimos realizados a taxas comerciais de juros para compensar as perdas que o banco havia sofrido na última década desde sua criação, devido à sua orientação política comandada pelo ministério pelo ministério de economia da China com os empréstimos concessionais (CHEN, 2020).

Dessa maneira pode-se dizer que nem o que nem o CDB e nem mesmo Eximbank, sendo o veículo oficial de ajuda externa ao desenvolvimento, dependem do orçamento fiscal chinês para realizar as suas operações. No entanto isso não quer dizer que sua atuação é livre da participação do Estado, mesmo fora dos empréstimos concessionais, o Estado chinês e seus *Policy Banks* garantem que certos Estados em desenvolvimento na África e ao redor do

mundo recebam certos benefícios que facilitam com que sejam vistos como viáveis para seus investidores, seja a possibilidade de garantias de pagamento através de recursos naturais, a longa maturação das dívidas e a grande disposição para renegociação de dívidas, mantendo as como ativos lucrativos (CHEN, 2020).

Além disso, mesmo que ambos os bancos sejam vistos como grandes “financiadores do desenvolvimento” como a enorme parte de seus empréstimos é realizada a taxas comerciais, a possibilidade de lucro é maior que em outros atores econômicos no mesmo setor. Para efeitos de comparação, o CDB, que não trabalha com empréstimos concessionais, têm rendimento médio em seus investimentos de 5% a 5,5% enquanto projetos do Banco Mundial tem juros estipulados em cerca de 2% (CHEN, 2020).

3. A atuação internacional das Finanças de Desenvolvimento Chinesas: O Caso do Continente Africano

A atuação chinesa no continente africano é ainda tema de grande discussão, em grande parte dos círculos acadêmicos ocidentais ela é considerada como somente mais uma onda de exploração no continente africano. Taylor e Zajontz (2020) argumentam que não só os investimentos na África, mas como grande parte da *Belt and Road Initiative* (BRI) pode ser o resultado da busca das grandes empresas chinesas de sua manutenção de taxa de lucro. A crise de 2008 foi um forte golpe na economia do país, com a queda das exportações chinesas devido ao encolhimento das economias ocidentais. Para compensar o desaquecimento da economia, o partido comunista chinês investiu ainda mais em infraestrutura através de seus *Policy Banks*. Além disso, a força de trabalho chinesa já não era mais tão barata quanto havia sido na década de 80 e 90. O massivo êxodo rural e a qualificação da mão de chinesa fizeram com os salários na China subissem consideravelmente nas últimas duas décadas.

Esse cenário, com uma alta acumulação de capital na China nos últimos 20 anos, a sobre-oferta no setor de infraestrutura, e a busca por mão de obra mais barata fez com que investimento em países com altos déficits de infraestrutura se tornasse uma “válvula de escape”. E claro, os países recipientes, em grande parte ignorados por financiadores ocidentais, aceitaram a entrada na China em suas economias. Portanto, a exportação de capital da China e Nova Rota da Seda não podem ser analisadas em separado. As suas dinâmicas internas (TAYLOR & ZAJONTZ, 2020).

No entanto, esses investimentos seguem as bases político-econômicas chinesas, que ao se diferenciarem do modelo liberal-ocidental, encontram resistência e são taxadas de nocivas e exploratórias. Martín (2024) afirma que a face epistemológica do imperialismo impede que

grande parte do ocidente veja as relações China-África sem associá-las imediatamente ao processo de colonização dos séculos XIX e XX, desta maneira, não restaria a opção a China a não ser se comportar da mesma maneira que os antigos Colonizadores na África. Isso não significa negar que a China teria um papel explorador na África, em busca de seus recursos naturais e mão de obra barata, no entanto, ele é certamente diferente do papel europeu de um século atrás (MARTÍN, 2024).

A retórica utilizada para embasar tais projetos ao redor do mundo foi intensamente propagada, principalmente após a criação da BRI em 2013, com a noção de “Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade” em seu centro. Fundado ainda pelo ex-secretário geral do Partido Comunista Chinês Hu Jintao em 2012, poucos dias antes de deixar o cargo e, portanto, muito associada ao seu sucessor, Xi Jinping, que a utilizou de lema para o programa lançado no ano seguinte. Ainda que não o faça abertamente, muitos autores consideram que a BRI busca não somente a integração de rotas comerciais em favor da China, mas também “atrair países para uma rede sinocêntrica de relações políticas, culturais e de segurança”. Uma alternativa “cultural e civilizatória” a ordem liberal internacional liderada pelos Estados Unidos (HO, 2020)

No entanto, apesar do grande impulso com a BRI, a relação de ajuda entre China e África começou não começou no século 21, mas no anterior, ainda na década de 1970. A China financiou uma grande ferrovia entre a Tanzânia e a Zâmbia, a ferrovia Tasara, no valor de 570 milhões de dólares (3 bilhões de dólares atualmente). A ferrovia se estende por mais de 1800 km. A China financiou o projeto após a negativa do banco mundial de fazê-lo, bem como dos Estados Unidos, da ONU, do Reino Unido e da União Soviética. O projeto foi financiado através de um empréstimo que deveria ser pago em 30 anos (extensíveis em mais 15 anos). Na construção, trabalharam 25.000 chineses e 50.000 africanos. Esta ferrovia permitiu com que a Zâmbia pudesse encontrar uma saída para o mar bloqueada, então pelas colônias portuguesas que lutavam por sua independência durante este período, e bloqueada ao Sul pelo regime do apartheid sul-africano (MARTÍN, 2024).

No entanto, já na década de 80, período que coincide com as reformas econômicas na China, realizadas por Deng Xiaoping a partir de 1978, a China reduziu sua ajuda na África em cerca de 70% se comparado ao início da década de 1970. Neste período, o comitê central do partido comunista da China e o seu conselho de estado, decidiram reduzir a cobertura geográfica e os montantes enviados ao exterior, uma forma de ajuda (MARTÍN, 2024).

Buscando focar em empréstimos ao exterior, em termos de mercado, o objetivo era focar-se em ativos ou países que poderiam auxiliar o desenvolvimento e a modernização da

China, seja acordos estratégicos ou na simples garantia de pagamentos de juros e do montante inicial dentro do prazo. Nesse período, a China se recusava a financiar grandes projetos de infraestrutura na África, como ferrovias e hidrelétricas, focando-se somente em recondicionar e reformar pequenos projetos edifícios públicos emblemáticos, estádios, parlamentares e prefeituras. De qualquer maneira, mesmo com a redução da ajuda, a China financiou mais projetos na África do que todos os países ocidentais em conjunto na década de 1980 (MARTÍN, 2024).

Os primeiros frutos geopolíticos da ajuda da China na África vieram após os incidentes na praça Tiananmen, em 1989, muitos países africanos se negaram a apoiar as sanções dos Estados Unidos, Europa e Japão contra a China. Os países africanos, nesse período, brutalmente castigados pelas reformas neoliberais do consenso de Washington, aceitaram de bom grado qualquer ajuda que a China estava disposta a oferecer (MARTÍN, 2024).

Dessa maneira, as relações econômicas China-África se converteram em relações políticas, uma vez que sua ajuda oficial e outros financiamentos se concretizam e se tornam uma constante, mesmo que, como citado anteriormente, sujeita a períodos de maior ou menor intensidade, ela faz com que o continente se voltasse em favor da China. A postura dos países africanos se torna ainda mais clara quando analisamos que mesmo após a descolonização, e em especial nas décadas de 1980 e 1990, as grandes potências ocidentais somente reforçaram a pobreza, desigualdade e subdesenvolvimento nos países africanos, através da imposição de políticas neoliberais durante a crise de dívida externa que assolou o continente nestas décadas (MARTÍN, 2024).

Em 2000, foi criado o FOCAC e, de acordo com sua própria carta fundadora, ele foi criado para reforçar os laços entre China e África, não somente comerciais e econômicos, mas também culturais. Buscando condições adequadas para paz e desenvolvimento no continente africano, reconhecendo as falhas do Sistema Internacional, especialmente a enorme desigualdade entre o Norte e o Sul Global. Com cúpulas trienais para a reunião de ministros e, a partir de 2006, chefes de Estado de todo o continente africano com seus homólogos chineses, formalizando os fortes laços entre África e China além. Grande parte dos acordos chineses em relação às maiores obras no continente bem como a previsão de novos empréstimos são anunciados nestes cúpulas (ZONDI, 2021).

No mesmo ano de 2006, foi anunciado por Hu Jintao durante a cúpula da FOCAC, o *China-Africa Development Fund* (CAD), que seria administrado pelo CDB a partir do ano seguinte, o fundo contava apenas com 5 bilhões de dólares em sua criação, com mais 5

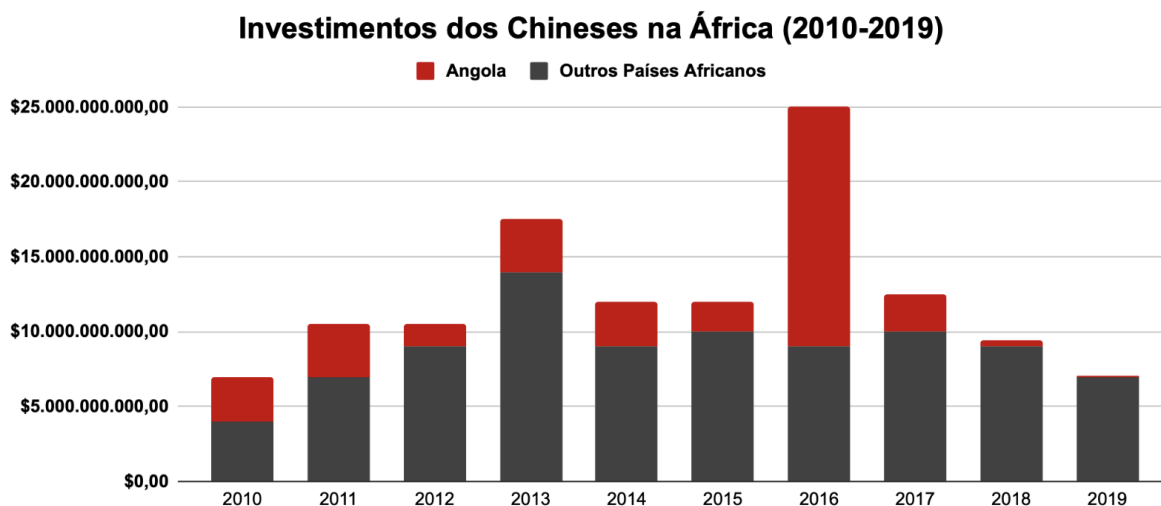
bilhões adicionados em 2018 (também anunciado na Cúpula do FOCAC deste ano), quantias modestas quando comparadas ao volume total investido pelo CDB ou Eximbank na África. E apesar de operar sobre controle do CDB, o Fundo age de maneira diferente ao seu (único) acionista, enquanto o CDB age como apenas um financiador de projetos, o Fundo pode até mesmo adquirir projetos ou adquirir a maior parte de suas ações se tornando na prática dono de tal projeto, no entanto, ele sempre se limita em a ter investimentos entre 10 e 50% das ações de tal projeto. Além disso, ele compromete que em cinco anos a oito anos ele deixaria a propriedade das ações de tal projeto através de uma acordo de transferência ou pela pena de ações para outros acionistas. Dessa maneira, países africanos podem obter recursos chineses sem terem que aumentar sua dívida com o país asiático. A maior parte dos projetos nos quais o fundo investiu são no setor de manufatura 40% seguido por projetos de infraestrutura e agricultura com 21% e 9% respectivamente (LI, 2020).

Vale notar os aspectos subjetivos da “exportação de infraestrutura” chinesa para a África, sendo uma extensão não somente de seu poder econômico e político, mas também como uma ampliação civilizacional chinesa. Muitos autores dizem que grandes obras contém um “poder não-material” imbuído a elas, tendo capacidades discursivas e narrativas que são moldadas por quem as controlam. Grandes feitos de infraestrutura, como fornecimento de energia elétrica, sistemas de água e esgoto, ferrovias e rodovias trazem uma noção intrínseca de desenvolvimento, progresso, crescimento prosperidade e modernidade e quem controla a infraestrutura controla essas ideias e pode moldar discursos neles baseados em seu favor (HO, 2020).

A *Belt and Road Initiative*, busca canalizar esses ideais ao tentar criar a noção de que a China pode levar infraestrutura para os países “esquecidos” e negligenciados pelas grandes potências ocidentais. Não coincidentemente termos como “corredores”, “pontes” e “portões” são utilizados para batizar projetos integrados ao BRI. A infraestrutura com financiamento chinês também é uma ferramenta para impulsionar seus próprios ideais civilizatórios. Isso não quer dizer necessariamente que a China impõe aos países africanos seu sistema político-econômico, valores ou ideais nacionais, mas, ao controlar os recursos que garantem a estes países, crescimento e desenvolvimento econômico, tanto em seus aspectos materiais como os subjetivos, já citados acima, a China estabelece um relacionamento desigual, no qual subjuga os interesses do país recipiente de investimentos aos interesses chineses. O maior ou menor grau que um país aceita sua posição nesta relação desigual, determina o controle que a China tem sobre ele, mesmo que de forma indireta e até mesmo quando as ações da China não tem deliberadamente objetivo de controlar tais países (HO, 2020).

É justamente no período de maior intensificação da influência chinesa na África, que os atores econômicos chineses que se tornaram o principal veículo de investimentos chineses no continente foram criados, os *Policy Banks*. O Eximbank e o CDB são, respectivamente, o primeiro e o segundo maiores financiadores de grande projetos na África, sendo o primeiro o agência oficial de exportação do governo chinês, e única instituição chinesa que oferece empréstimos concessionais, dedicados à ajuda de países em desenvolvimento, ele respondeu por cerca de 71% dos empréstimos chineses à África entre 2000 e 2009 (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

Após uma década de crescimento rápido (2000-2010) os empréstimos chineses à África tiveram o seu auge em 2016, com 28 bilhões de dólares em empréstimos aos países africanos em somente 1 ano. No entanto, quando o caso de Angola é removido desse cenário, é possível perceber que o “pico de investimentos” foi 2013, o ano de lançamento da *Belt and Road Initiative*. Em 2013, somente o China Eximbank, o veículo oficial de exportação de crédito da China, e o ator econômico chinês com maior relação com as economias africanas, emprestou 10 bilhões de dólares (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).



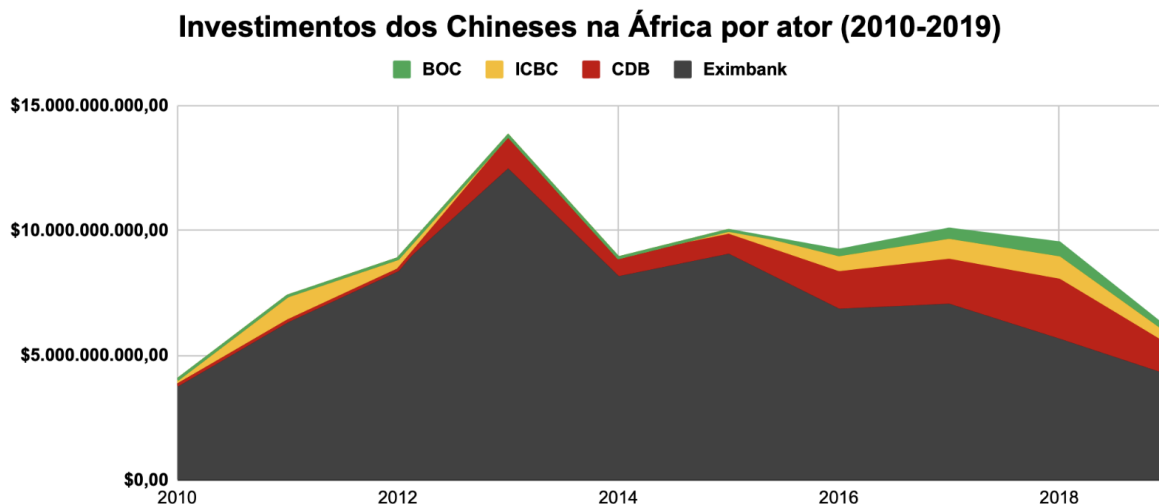
Fonte: Acker & Brautigam (2021). Elaboração Própria.

Neste mesmo período, mais especificamente a partir de 2015, os países africanos têm tomado posições mais autônomas perante a China, principalmente dentro do FOCAC, com a primeira cúpula do fórum sediada na África, em Joanesburgo. Com os países africanos negociando mais investimentos diretos através dos empréstimos chineses, tanto concessionais como não-concessionais e não somente no setor de infraestrutura, mas também para a industrialização do continente (ZHONDI, 2021). Esse foi justamente o ano em que a China

renovou sua política perante a África, impelida pelas demandas anteriores bem como a participação mais propositiva dos países africanos na cúpula da FOCAC. Xi Jinping anunciou em seu discurso um plano de 10 pontos para o desenvolvimento do continente, com um investimento massivo de 60 bilhões de dólares para infraestrutura e industrialização da África (MTHEMBU, 2021).

Em 2018, na cúpula seguinte do FOCAC, a China estava em meio à uma guerra comercial declarada com os Estados Unidos, e reforçou o seu apoio a instituições multilaterais, em especial à União Africana, e também mencionou preocupações com o aumento do protecionismo econômico ao redor do globo, colocando a parceira entre a China e o continente africano como uma resistência a esta tendência. Ele também anunciou novos 20 bilhões de dólares em empréstimos chineses, sendo 15 bilhões na forma de empréstimos concessionais ou completamente livres de juros, como ajuda oficial estrangeira entre China e África. Esses novos investimentos a partir de 2018 deveriam se concentrar em 8 grandes áreas de cooperação: i) Promoção da industrialização do continente ii) A maior conectividade entre os países através de novas obras de infraestrutura; iii) A ampliação do comércio entre China e África; iv) O desenvolvimento sustentável e a transição verde; v) Melhores condições de saúde continente; vi) Um maior foco nos capital humano, tanto chinês como africano, para o compartilhamento de novas ideias e projetos. vii) A garantia de maior autonomia africana perante o Ocidente; viii) E a garantia de paz e segurança no continente (MTHEMBU, 2021).

Entre 2002 e 2019 os atores econômicos chineses financiaram, em média, 71 projetos na África por ano, com um valor médio por projeto de 180 milhões de dólares. Os maiores emprestadores à África foram: China Eximbank, CDB, o ICBC e o *Bank of China*, sendo estes dois últimos bancos privados chineses. Desde 2000, o Eximbank foi responsável por cerca de 56% do total emprestado em África pela China (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).



Fonte: Acker & Brautigam (2021). Elaboração Própria.

Já o CDB, em relação aos seus investimentos na África, pode ser visto como um híbrido, combinando características de um banco estatal, *policy banking* e um banco comercial, operando à critérios de mercado, respondendo por 24% de todos os empréstimos entre 2002 e 2019. Mesmo que durante a década de 2000 o CDB tenha investido relativamente pouco na África se comparado ao Eximbank, entre 2010 e 2019, ele se tornou o segundo maior ator emprestador ao continente africano contabilizando cerca de 37 bilhões de dólares, 30% do total investido pela China durante esse período (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

3.1. Recursos Naturais por Infraestrutura

Ainda em 1993, a China se tornou um importador líquido de petróleo. À época, a China buscou alternativas ao fornecimento de petróleo do Oriente Médio, fechados a investimento estrangeiro, e “barrados” pela hegemonia dos Estados Unidos. Dessa maneira, ela buscou se aproximar da África, negligenciada por atores ocidentais, e para assegurar seu fluxo contínuo, adotou a estratégia em sua política externa econômica denominada “Diplomacia do Petróleo”, que promove uma “troca de recursos naturais por investimentos em infraestrutura” (MONTENEGRO & CUMARÚ, 2021).

Em geral, esses contratos ocorrem da seguinte maneira, o país produtor de petróleo concede a China acesso privilegiado, seja uma permissão de longo prazo para a exploração de seus campos de petróleo, a criação de *joint ventures* entre empresas extrativistas locais (geralmente estatais) e chinesas, ou a opção mais comum, estabelecem um acordo de compra

preferencial com China, ainda que ela compre o barril de petróleo ou outras commodities à preço de mercado. Uma parte da receita gerada com as exportações preferências de petróleo à China são alocadas em uma conta doméstica dos *Policy Banks* intermediadores deste acordo, o Eximbank ou o CDB, e o dinheiro nesta conta é utilizado para financiar os serviços de infraestrutura prestados, geralmente por empresas também chinesas, mesmo que não haja uma cláusula contratual que obrigue a participação de construtoras chinesas no projeto (WANG, 2016).

Angola, o segundo maior produtor de petróleo da África, ficando somente atrás da Nigéria, a partir de 2004 se torna o primeiro país africano a firmar este tipo de acordo com a China motivo que fez com que esses empréstimos garantidos por petróleo ou outros recursos naturais passassem a ser conhecidos como o “Modelo Angola” (MONTENEGRO & CUMARÚ, 2021).

Esse modelo se torna atrativo a países como Angola, devido à falta de disposição de fundos ocidentais e entidades multilaterais de desenvolvimento como o Banco Mundial a financiar projetos considerados arriscados em países com o balanço de pagamento instável. Considerados “mal pagadores” e com alto risco de interrupções no “andamento diário” da economia devido a instabilidade política ou guerras, este era justamente o caso de Angola no início do século XXI e continua a ser o de diversos outros países (MIHALYI et al, 2022).

Com essa modalidade de investimentos/empréstimos, a China une em uma só operação ajuda de desenvolvimento e promove seu comércio e empresas nacionais. Ela estabelece uma ligação de ajuda ao desenvolvimento entre China e o país receptor, tanto quanto uma operação de financiamento à exportação. Vale notar, no entanto, que a ação das empresas estatais chinesas, sejam extratoras de recursos naturais ou bancos como o Eximbank não se dá sem um apoio institucional da diplomacia chinesa, que atua na mão na criação e manutenção de boas relações entre a China e os países produtores de petróleo, com o intuito de garantir o fluxo contínuo do recurso e, assim, a segurança energética da China (MONTENEGRO & CUMARÚ, 2021).

Apesar do “Método Angola” ter se tornado relativamente comum durante a primeira década do século 21, com exportações de recursos naturais sendo utilizadas diretamente para o pagamento das dívidas, elas impõem um certo risco aos países devedores, ampliando a sua vulnerabilidade ao mercado externo para o pagamento de suas dívidas, impactando diretamente a balança de pagamentos e a política fiscal. E não coincidentemente, após a queda dos preços internacionais de *commodities*, em 2014, esse tipo de acordo tornou-se cada vez menos comum (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

Em alguns países essa prática continua, como, por exemplo, na República Democrática do Congo com empréstimos chineses sendo garantidos pela exportação de cobre. E mesmo que Angola não utilize mais tantos empréstimos pagos diretamente com a exportação do petróleo, atualmente, ainda tem grandes contratos com a China garantidos pela exportação de bauxita, para a construção de hidrelétricas no país (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

Não se pode afirmar que o foco extrativista do investimento chinês tenha desaparecido por completo nas suas relações com a África, com o investimento em fornecimento de energia (petróleo) e mineração, além do transporte rodoviário e ferroviário para escoamento da produção para os portos. As taxas de lucro para empresas chinesas que investem na África desde este período são elevadas, cerca de um quarto delas afirmam ter coberto o seu investimento inicial em 1 ano ou menos, e mais da metade afirma que esse investimento inicial foi coberto em menos de 3 anos. Além disso, cerca de um terço das construtoras chinesas que atuam na África reportam uma margem de lucro de mais de 20% (TAYLOR & ZAJONTZ, 2020). A participação de mercado das construtoras chinesas, muitas em acordos diretos com os *Policy Banks*, na lista das 250 maiores construtoras envolvidas em projetos na África passou de 10% em 2002 para 62% em 2019 (MARTÍN, 2024).

Ainda que muitos tenham visto esse processo somado ao Boom das *Commodities*, também impulsionado pela China, como uma chance para o “Renascimento Africano”, era claro que caso esse crescimento e acúmulo de reservas bem como uma gradual ampliação da infraestrutura base destes países não se revertesse em mudanças estruturais em suas economias, nominalmente, um processo robusto de industrialização, a África permaneceria fadada ao subdesenvolvimento (TAYLOR & ZAJONTZ, 2020). No entanto, foi o fortalecimento das relações com a China, através dos *Policy Banks* neste período, principalmente o Eximbank, que firmou as bases para um aumento considerável na década seguinte (RAY, 2023).

3.2. Competindo com o Ocidente pela África

Na última década os investimentos chineses financiaram em média 71 projetos por ano, com valor médio de 180 milhões de dólares. O CDB vem expandindo seus empréstimos na África em detrimento da posição do Eximbank. Entre 2010 e 2019, o CDB forneceu 30% de todos os empréstimos, enquanto o Eximbank correspondeu a somente 56% do total. Esse fato demonstra uma mudança no perfil de investimentos chineses, reduzindo a possibilidade de empréstimos concessionais e ampliando de empréstimos por critérios de mercado. A

redução de investimentos chineses no continente pode estar relacionada a esta mudança, que torna o financiamento chinês cada vez mais avesso ao risco inerente a grandes projetos em países em desenvolvimento e com economias instáveis (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

Em comparação aos projetos do Banco Mundial (BM), os investimentos chineses tendem a ser aprovados em menor tempo, em média, as negociações levam aproximadamente 2 anos, em contraste aos 7 anos, em média, de espera pela aprovação de projetos pelo BM. Essa demora é justificada pelos rigorosos critérios de aprovação para grandes obras de infraestrutura impostos pelo banco, principalmente os relacionados aos impactos ambientais e sociais destas obras (CHEN & LANDRY, 2018). No entanto, é crucial notar a diferença entre os projetos financiados por ambas instituições se a China focou-se mais em grande processo de infraestrutura com geração e transmissão de energia, transporte e extrativismo os projetos do Banco Mundial são, em sua maioria, voltados para, saúde e educação e preservação ambiental (RAY, 2023).

Os projetos financiados pela China, em média, não tiveram alta preocupação com o impacto ambiental social e suas obras. Entre 2008 e 2021 dois terços dos projetos de investimentos chinês tiveram impacto em ecossistemas já ameaçados território de populações indígenas ou até mesmo em áreas de reserva protegida em vários casos esses impactos sobrepõe amplificando os exponencialmente (RAY, 2023). Os projetos chineses, seguindo uma das principais linhas da política externa chinesa de “não intervenção”, não condicionam a aprovação do financiamento a tais critérios, seguindo somente a regulação já existente no país do projeto. A análise menos criteriosa de investidores chineses, por vezes, deriva em maiores impactos ambientais e sociais, com casos que vão desde inundações desnecessariamente grandes para barragens, a casos de trabalho escravo em alguns países do Sul Global. Ela também pode facilitar desvios de verba, devido a negociações “apressadas” e baixa transparência durante as negociações e operacionalização dos projetos (CHEN & LANDRY, 2018).

Vale notar que, entre outros motivos, a análise relativamente rápida dos *policy banks* é mais atraente para vários países pois, em média, o período do início das negociações ao início das obras se encaixam dentro do período eleitoral, trazendo vantagens políticas aos líderes dos países que optaram pelo investimento chinês em oposição ao do BM (CHEN & LANDRY, 2018).

O avanço dos investimentos dos *policy banks* chineses tem, apesar dos problemas já citados, alterado o comportamento do BM, que tem buscado reduzir seu tempo de aprovação de projetos, e voltado, ainda que gradualmente, a financiar grandes projetos de infraestrutura.

Esta postura contra a Estrutura Organizacional Social e Ambiental do Banco Mundial, aprovada em 2012, que determinava, entre outros pontos, a redução da participação do banco em projetos de grande impacto ambiental e social, e que mesmo que fossem aprovados, teriam de ser submetidos a enorme escrutínio do banco em sua operação. A competição com a China vem enfraquecendo essa orientação, e o BM, para não perder espaço e influência entre os países em desenvolvimento, decide emular cada vez mais a estratégia de desenvolvimento chinesa (ZEITZ, 2021).

3.3. O cenário Pós-Pandemia e o desaquecimento

Pode-se dividir o financiamento do desenvolvimento chinês ao exterior no século XXI em três grandes fases: a primeira entre 2000 e 2012 ocorre antes do lançamento da rota da seda com projetos ambiciosos mas ainda não os maiores a serem vivos pelo investimento chinês; a segunda fase entre 2013 e 2017 marca o período em que a China, impulsionada pelo lançamento da BRI, mais investiu na África, seja em número de projetos tamanho deles seja pelo valor médio de cada projeto. No entanto, no período após 2018 há uma perceptível tanto no número de projetos como no valor investido neles demonstrando, que a China busca um outro tipo de projeto fugindo das grandes obras e se focando em projetos menores e também se preocupando mais com o impacto ambiental e social o que não ocorreu durante as primeiras duas fases (RAY, 2023).

Ao longo da década de 2010 e, principalmente após a pandemia de COVID-19, investidores chineses pandemia se tornaram muito mais avessos ao risco oferecido pelas economias africanas. No entanto, ainda em 2019, antes da pandemia, muitos dos países que haviam requisitado uma reestruturação de sua dívida com a China ao longo da década não receberam novos empréstimos (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

Em 2020, a Zâmbia e o Quênia requisitaram a reestruturação da dívida com o G20 devido à pandemia de 2019. A alta percepção de risco por parte dos investidores chineses devido a esse fator fez com que o fluxo de capital para ambos os países fosse reduzido, recebendo somente 217 e 265 milhões de dólares, respectivamente. Para termos de comparação, entre 2010 e 2018, ambos os países receberam em média, um bilhão de dólares anualmente. Não coincidentemente os países que mais receberam investimentos chineses na forma de empréstimos em 2019: Gana, África do Sul, Egito, Costa do Marfim e Nigéria Marfim e Nigéria, nunca requisitaram qualquer tipo de reestruturação de dívida externa com a China desde 2000 (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

Apesar do investimento chinês na forma de empréstimo ter reduzido consideravelmente nos últimos anos do continente africano, ele ainda se mantém um importante motor para o seu desenvolvimento econômico. Os dados demonstram que, nos últimos 10 anos, os financiadores chineses souberam se adaptar às mudanças econômicas e políticas tanto na África quanto em escala global, com experiências de reestruturação de dívidas e a queda no preço das *commodities*. Vale notar também uma certa mudança, ainda que não tão brusca, com relação aos principais atores chineses no investimento africano. O Eximbank reduziu sua participação gradativamente no investimento em termos absolutos, relativos desde 2015, com uma queda ainda mais notável após 2019 (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

Enquanto outros bancos, como o *China Development Bank*, e outros bancos puramente comerciais, como o IBC e o *Bank of China*, aumentaram sua proporção no montante total investido pela China no continente africano. A tendência criada por novos atores, bancos operando por critérios comerciais, pode ser vista nos projetos chineses sendo financiados nos últimos anos, sendo cada vez menores e menos arriscados. Por fim, pode-se dizer que a crise da COVID-19 foi um catalisador de mudanças já em curso nas relações China e África (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

A redução do financiamento não foi a única mudança que ocorreu desde 2018, além disso, em anos mais recentes, a China começou a reduzir o financiamento de projetos com grande impacto ambiental e social focando-se cada vez mais em respeitar não somente normas internacionais mas também estipular suas próprias normas concretas para o investimento estrangeiro mesmo que os países recipientes não façam tais exigências. Vale notar que foi durante esse período, que Xi Jinping, em seu discurso na 76ª reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, clamou por uma drástica redução do investimento em fontes de energia baseadas em carvão pelo aumento do investimento rumo à transição sustentável, com foco energia renovável ao redor do mundo (REY, 2023).

O termo “*Small and Beautiful*” (pequeno e belo, em português) passou a se tornar cada vez mais comum em relatórios dos *Policy Banks* investindo na África, bem como nos pronunciamentos de seus líderes. O novo “lema” dos *Policy Banks* demonstra claramente o tipo de projeto que mais os atrai atualmente, pequenos, ou seja, sem grandes obras de infraestrutura que não somente são fisicamente grandes como demandam uma quantidade enorme de recursos, focando-se em projetos menores e de impacto local. E belos, pois a China agora passa a considerar os impactos na sociedade e no ecossistema no qual são

implementados, preferindo projetos de baixo impacto e que respeitem parâmetros internacionais de preservação ambiental e respeito às comunidades locais (REY, 2023)

Em 2023, o Eximbank financiou diversos projetos considerados “Small and Beautiful” dentro da BRI, com um aumento de 9,25% em relação a 2022. E ainda em 2021, o banco estipulou objetivos em relação ao “teto” de recursos enviados para projetos com alta emissão de CO₂, restringindo investimentos em projetos de extração de combustíveis fósseis e eliminando novos financiamentos para a construção de usinas de geração de energia à base de carvão. Simultaneamente, o banco também ampliou seus investimentos em projetos de transição sustentável, principalmente no setor de energia, em países integrantes da BRI (EXIMBANK, 2024b).

Essa mudança na preferência de investimentos chineses se torna mais expressiva quando analisamos com os períodos imediatamente anteriores, até 2018, cerca de 2 terços de todos os projetos financiados pela China ao redor do mundo causavam algum impacto ambiental ou social, seja destruição ou erosão de ecossistemas, a expulsão de comunidades indígenas ou o uso de áreas antes consideradas reservas ambientais. No entanto, no período mais recente, entre 2018 e 2021, esse número caiu para um terço de todos os projetos financiados mostrando que cada vez mais, os atores econômicos chineses buscam por projetos com menor impacto regional, seja ele ambiental ou social (REY 2023).

A mudança gradual na participação de diferentes atores econômicos no montante do investimento chinês no exterior também podem ser considerados fatores relevantes para esta mudança. O *China Development Bank* e bancos guiados puramente por critérios comerciais, como o IBC e *Bank of China*, aumentaram sua proporção no montante total investido pela China no continente africano nos últimos. Ainda que no caso do CDB, não se possa deixar de considerar a grande influência política diretamente sobre o banco, em comparação ao Eximbank, ele tende a agir em maior sintonia com mecanismos de livre-mercado, que também o orientam. Sua atuação, bem como a dos bancos comerciais citados, pode ser vista como mais uma variável que influencia na nova dinâmica de investimento chineses na África, sendo estes cada vez menores e menos arriscados. Por fim, pode-se dizer, portanto, que a crise da COVID-19 foi somente um catalisador de mudanças já em curso nas relações China e África (ACKER & BRAUTIGAM, 2021).

E mesmo que após a pandemia a China tenha observado aumento no superávit da Balança de Pagamentos Chinesa, fator que entre 2009 e 2018 correspondeu diretamente ao aumento do investimento chinês no exterior, é improvável que volte aos mesmo níveis de 2016 no curto prazo. Vale dizer que o investimento doméstico chinês tem se tornado cada vez

mais prioritário com o encolhimento da economia internacional após 2020 e o aumento de sanções comerciais impostas pelos EUA. E justamente um maior foco no investimento interno pode se tornar uma variável competidora da exportação de capital chinês (REY, 2023).

Conclusão

Muitos analistas ainda utilizam a frase O presidente tanzaniano Mwalimu Julius Nyerere, para definirem as relações China-África, ainda na década de 70, ele afirmou que: “O relacionamento entre China e África era mais desigual dos relacionamentos entre iguais”. E é possível argumentar que a manutenção deste relacionamento desigual pode ser vista como resultado da falta de uma política comum africana, perante a China (WEKESA, 2021).

Não cabe a este trabalho afirmar se aprofundar como os países africanos devem construir suas relações bilaterais com a China ou até mesmo multilaterais, agindo em conjunto. No entanto, vários outros trabalhos já propuseram pontos de partida para a redução da desigualdade entre eles, como a utilização da Agenda da União Africana para 2063 que, apesar de não ser específica para a China, delimita alguns objetivos claros para o desenvolvimento econômico e social do continente até esta data. Esta política externa conjunta africana deve ser o produto de uma cuidadosa deliberação sobre os últimos 20 anos de relação dos 2 lados, reconhecendo não somente o lado positivo das relações com o desenvolvimento econômico do continente, mas também as falhas e desequilíbrios destas relações (WEKESA, 2021).

Também é possível que ela se baseie em interesses comuns entre China e África, como reformas no Sistema Internacional, em especial em suas instituições financeiras, o desenvolvimento de novas cadeias de valor que não passam necessariamente por países ocidentais do norte global e garantia de segurança alimentar para ambos os lados. Essa política também deve garantir que as relações africanas com a China forneçam instrumentos para autonomia e desenvolvimento autônomo no longo prazo, reduzindo gradativamente, continuamente a sua dependência da própria China (WEKESA, 2021).

Por fim, o desenvolvimento dessa política africana deve passar também pelo fortalecimento da governança regional, e não somente nacional. A fragmentação do continente africano entre as disputas internas é um dos principais obstáculos na direção da política comum para a China. Não se pode analisar a China de maneira monolítica, pensando somente como um estado centralizador que decide tudo de maneira irredutível, como já dito várias vezes neste trabalho, e o mesmo pode ser dito da África. Um continente enorme que,

dentro de si, possui países com realidades econômicas, políticas e sociais completamente diferentes entre si (MTHEMBU, 2021).

É preciso entender que uma política comum africana para China deve englobar as demandas e necessidades de países com maior capacidade de resistência à influência chinesa, seja esta econômica ou política, como Nigéria, Egito, Argélia e África do Sul. Mas também países mais vulneráveis, como Camarões, Seychelles, Suazilândia e Cabo Verde que possuem menor capacidade material para resistir à influência chinesa no curto, médio e longo prazo. E é possível que entidade sub regionais da África, ligadas à União Africana pudessem coordenar as líderes nacionais regionais, buscando entender as necessidades em comum a partir de uma realidade geográfica e econômica semelhante para assim levarem suas demandas para a construção da “política externa continental”, sendo esta a soma e coordenação de diversas realidades para o bem comum da África (MTHEMBU, 2021).

Já em relação à China é necessário concluir analisando como o seu comportamento perante a África mudou ao longo das épocas e mesmo nos últimos 20 anos é possível analisar como ele se adapta a diversos contextos regionais e globais, como a crise de 2008, a queda do preço das *commodities* em 2014, que afetou grande parte dos países africanos, dependentes da exportação destas, a necessidade crescente de uma transição econômica para uma economia sustentável e a pandemia de COVID-19 (REY, 2023).

A mudança na economia global, e as próprias dinâmicas internas chinesas, levaram o país a um comportamento mais cauteloso e adaptado aos mecanismos do livre-mercado, ainda que sem abrir mão da ação orientação estatal em seus investimentos, seja para o sucesso de objetivos geopolíticos chineses de médio e longo prazo, ou seja, pelos diversos subsídios ao financiamento chinês, ainda que estes venham perdendo espaço gradativamente para empréstimos à termos comerciais. Essa tendência fica clara ao analisarmos as proporções de atuação de cada grande agente econômico chinês no continente africano, com o Eximbank, responsável pelos empréstimos subsidiados de “ajuda chinesa” perdendo cada vez mais espaço para bancos que operam de maneira “híbrida” como o CDB, ou até mesmo puramente comercial, como o ICBC. Essa tendência tem levado à uma maior aversão à risco dos investidores chineses, que pode ser vista na preferência dos projetos “*Small and Beautiful*” que, se por um lado, estão mais atentos aos impactos sociais e ambientais que causam, também se restringem a escalas e impactos econômicos menores.

É improvável que a era das grandes obras chinesas retorne à África num futuro próximo, no entanto, isso não quer dizer que a China deixe de ser um importantíssimo parceiro para os países africanos, se não mais como o grande fornecedor de crédito para as

suas demandas que buscam reduzir seus enormes déficits de infraestrutura, ao menos como uma importante e alternativa ao financiamento ocidental, uma alternativa que apesar de possuir suas falhas e desequilíbrios oferece uma chance à países “esquecidos” ou considerados como “casos perdidos” pelo atual sistema financeiro internacional.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Kevin; BRAUTIGAM, Deborah. Twenty Years of Data on China's Africa Lending. **China Africa Research Initiative**, 2021. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/248245>. Acesso em: 8 nov. 2023.
- BAUMANN, Renato. BRICS: Oportunidade e Desafio para a Inserção Internacional do Brasil. In: BRICS: Estudos e Documentos. Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. cap. 1. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.
- CARVALHO, Miguel Henriques de. **A Economia Política do Sistema Financeiro Chinês (1978-2008)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2013/Miguel%20Henriques%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.
- CHEN, Muyang. Beyond Donation: China's Policy Banks and the Reshaping of Development Finance. **Studies in Comparative International Development**, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343531662_Beyond_Donation_China%27s_Policy_Banks_and_the_Reshaping_of_Development_Finance. Acesso em: 8 out. 2024.
- CHEN, Muyang. State Actors, Market Games: Credit Guarantees and the Funding of China Development Bank. **New Political Economy**, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13563467.2019.1613353>. Acesso em: 19 set. 2024.
- CHEN, Yunnan; LANDRY, David. Capturing the rains: Comparing Chinese and World Bank hydropower projects in Cameroon and pathways for South-South and North South technology transfer. **Elsevier**, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0301421517307978>. Acesso em: 8 nov. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2017.11.051>
- CDB: About CDB. 2024a. Disponível em: https://www.cdb.com.cn/English/gykh_512/khjj/. Acesso em: 2 set. 2024
- CDB: CDB 2023 Annual Report. **China Development Bank Annual Reports**, 2024b. Disponível em: https://www.cdb.com.cn/English/gykh_512/ndbg_jx/2023_jx/. Acesso em: 2 set. 2024.
- CHINA EXIMBANK: About the Bank. 2024a. Disponível em: <http://english.eximbank.gov.cn/Profile/AboutTB/Introduction/>. Acesso em: 2 set. 2024
- CHINA EXIMBANK: Annual Report 2023. **The Export-Import Bank of China: Annual Reports**, 2024b. Disponível em: <http://english.eximbank.gov.cn/News/AnnualR/2023/202404/P020240429559443555227.pdf>. Acesso em: 2 set. 2024.
- HO, Selina. Infrastructure and Chinese Power. **International Affairs**, 2020. Disponível em:

<https://academic.oup.com/ia/article-abstract/96/6/1461/5930373?login=false>. Acesso em: 19 out. 2024. <https://doi.org/10.1093/ia/iaa171>

ISLAM, Tariqul; XIAOYUN, Li. South-South cooperation: Policy and practice by the Export Import Bank of China. **IOSR Journal of Economics and Finance**, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315006685_South-South_cooperation_-_policy_and_practice_by_the_Export_Import_Bank_of_China. Acesso em: 24 out. 2024.

LI, Hangwei. From Politics to Business: How a state-led fund is investing in Africa? The case of the China-Africa Development Fund. **Boston University Global Development Policy Center**, 2021. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/files/2020/02/WP10-Hangwei-.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2024.

MARTÍN, Rafael Domínguez. China y la Cooperación para el Desarrollo de África: De Bandung a la Recuperación Post-Pandemia. In: VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; LEITE, Alexandre. **A Expansão Econômica e Geopolítica da China no Século XXI: Diferentes Dimensões de um Mesmo Processo**. 2024.

MIHALYI, David *et al.* Resource-Backed Loans in Sub-Saharan Africa. **World Bank Group: Macroeconomics, Trade and Investment Global Practice**, 2022. Disponível em: <https://www.tahhttps://documents1.worldbank.org/curated/en/369931643829886430/pdf/Resource-Backed-Loans-in-Sub-Saharan-Africa.pdfndfonline.com/doi/full/10.1080/10220461.2020.1830165>. Acesso em: 24 out. 2024. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-9923>

MONTENEGRO, Renan Holanda; CUMARÚ, João Ricardo. A Presença da China na África: uma proposta interpretativa entre a Economia Política Internacional e a Análise de Política Externa. **REALIS**, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/252149>. Acesso em: 7 out. 2024. <https://doi.org/10.51359/2179-7501.2021.252149>

MTHEMBU, Philani. The Role of China's Development Finance in Africa: Towards Enhancing African Agency?. In: AFRICA-CHINA Cooperation: Towards an African Policy on China?. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354761291_Africa-China_Cooperation_Towards_an_African_Policy_on_China_edited_by_Philani_Mthembu_and_Faith_Mabera_Cham_Switzerland_Palgrave_Macmillan_2021_240_pp_8999_ISBN_978-3-030-53038-9. Acesso em: 16 out. 2024.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e Economia em uma China com Classes. **Revista de Economia Contemporânea**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Yw5R7FYckMDNF9Nq8pGYZbT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2023.

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. 2003. <https://doi.org/10.7476/9788539302710>

RAY, Rebecca. Small is Beautiful: A New Era in China's Overseas Development Finance. **Boston University Global Development Policy Center**, 2023. Disponível em: https://www.bu.edu/gdp/files/2023/01/GCI_PB_017_CODF_EN_FIN.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

SANDERSON, Henry; FORSYTHE, Michael. China's Superbank: Debt, Oil and Influence - How China Development Bank is Rewriting the Rules of Finance. 2013.
<https://doi.org/10.1002/9781119199151>

TAYLOR, Ian; ZAJONTZ, Tim. In a Fix: Africa's place in the Belt and Road Initiative and the reproduction of dependency. **South African Journal of International Affairs**, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10220461.2020.1830165>. Acesso em: 20 out. 2024.

VESTERGAARD, Jakob; WADE, Robert H. Protecting Power: How Western States Retain The Dominant Voice in The World Bank's Governance. **World Development**, 2013. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/wdevel/v46y2013icp153-164.html>. Acesso em: 15 nov. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.01.031>

WANG, Yingyao. The rise of the 'shareholding state': financialization of economic management in China. **Socio-Economic Review**, 2015. Disponível em: <https://academic.oup.com/ser/article-abstract/13/3/603/1670234>. Acesso em: 20 abr. 2023. <https://doi.org/10.1093/ser/mwv016>

WANG, Yongzhong. The Sustainable Infrastructure Finance of China Development Bank: Composition, Experience and Policy Implications. **Boston University Global Economic Governance Initiative**, 2016. Disponível em: https://www.bu.edu/pardeeschool/files/2016/07/Wang.New_Final_.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

WEKESA, Bob. A Call for an African Policy Framework Towards China. *In*: AFRICA-CHINA Cooperation: Towards an African Policy on China?. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354761291_Africa-China_Cooperation_Towards_an_African_Policy_on_China_edited_by_Philani_Mthembu_and_Faith_Mabera_Cham_Switzerland_Palgrave_Macmillan_2021_240_pp_8999_ISBN_978-3-030-53038-9. Acesso em: 16 out. 2024.

ZANELLA, Cristine Koehler. Bretton Wood sob ataque: Mudanças na governança econômica internacional em tempos de multilateralismo contestado. **Revista Práticas de Administração Pública**, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/pap/article/view/26205>. Acesso em: 1 nov. 2023. <https://doi.org/10.5902/2526629226205>

ZEITZ, Alexandra O. Emulate or differentiate?: Chinese development finance, competition, and World Bank infrastructure funding. **The Review of International Organizations**, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11558-020-09377-y>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ZONDI, Siphamandla. The Need for Africa's Common Policy Towards China: A Decolonial Afrocentric Perspective. *In*: AFRICA-CHINA Cooperation: Towards an African Policy on China?. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354761291_Africa-China_Cooperation_Towards_an_African_Policy_on_China_edited_by_Philani_Mthembu_and_Faith_Mabera_Cham_Switzerland_Palgrave_Macmillan_2021_240_pp_8999_ISBN_978-3-030-53038-9. Acesso em: 16

out. 2024.